

INDICADORES ESTATÍSTICOS DO TURISMO EM PORTUGAL

Gorete Dinis*

Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação e
Ciências Sociais, GOVCOPP, Portugal
gdinis@esep.pt

Carlos Costa

Universidade de Aveiro - Departamento de Economia,
Gestão e Engenharia Industrial e Turismo, GOVCOPP,
Portugal
ccosta@ua.pt

Oswaldo Pacheco

Universidade de Aveiro - Departamento de Eletrónica,
Telecomunicações e Informática, IEETA, Portugal
orp@ua.pt

*Autor correspondente

Resumo

O Turismo é um setor com particularidades únicas e, como tal, os agentes de turismo necessitam de informação pertinente e atualizada que os auxiliem na tomada de decisão e na redução do grau de incerteza. A medição do setor, a uniformização de conceitos e metodologias de recolha de dados e a divulgação da informação estatística de turismo tem sido uma preocupação constante de algumas organizações internacionais, como é o caso da Organização Mundial de Turismo. Porém, o setor do turismo e, particularmente, o comportamento e hábitos de consumo do consumidor tem sofrido alterações que importa medir e acompanhar de modo a oferecer ao consumidor experiências turísticas adaptadas ao seu perfil e necessidades. O objetivo principal deste artigo é analisar as operações estatísticas e os indicadores estatísticos referentes ao setor do turismo recolhidos e divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P). Para tal, procedeu-se a uma análise de conteúdo dos documentos metodológicos que suportam as operações estatísticas do turismo e dos planos de atividades do INE, I.P. e das entidades com delegação de competências do INE I.P. entre 2014-2016. Os resultados obtidos mostram que a recolha de dados na área do turismo resulta da aplicação de operações estatísticas concentradas maioritariamente no setor do alojamento. Além disso, verificou-se ainda que a divulgação dos resultados das operações estatísticas ocorre tardiamente e os dados não são disponibilizados para todas as áreas geográficas

Palavras-chave: Estatística; Indicadores; INE; Informação; Portugal; Turismo.

Abstract

Tourism is a sector with unique characteristics and, as such, tourism agents need pertinent and up-to-date information to assist them in decision-making and reducing the degree of uncertainty. Measuring the sector, standardizing data collection concepts and methodologies, and disseminating statistical tourism information has been a constant concern of some international organizations, such as the World Tourism Organization. However, the tourism sector and, in particular, the tourist behavior and consumption habits have undergone changes that need to be measured and monitored in order to offer experiences tailored to their profile and needs. The main objective of this article is to analyze the data and the statistical indicators related to the tourism sector collected and disseminated by the Statistics Portugal (INE, I.P) and entities with delegated powers. For this, a content analysis of the methodological documents that support the statistical operations of tourism and the INE, I.P. recent years activities of was performed. The results show that the data collection in the tourism area results from the application of statistical operations concentrated mainly in the accommodation sector. In addition, it has also been found that the dissemination of the collected data occurs late and is not available for all geographical areas.

Keywords: Indicators; Information; Portugal; Statistic; Statistics Portugal; Tourism.

Introdução

Os agentes de turismo públicos e privados no âmbito das suas atividades necessitam de informação e conhecimento para definirem políticas e estratégias concertadas e fundamentadas. Ao nível da gestão e planeamento do destino turístico é essencial conhecer a oferta e a procura turística, mas também os efeitos desta atividade nas suas dimensões ambientais, socioculturais e económicas, nas suas diferentes escalas geográficas. Para além disso, é necessário compreender a relação dos visitantes com a população residente, através da qual é possível avaliar o estado de desenvolvimento de um destino.

A informação estatística é uma ferramenta essencial para a compreensão do fenómeno do turismo. Como tal, esta deve ser fiável, fácil de interpretar, comparável, fornecida atempadamente e corresponder às necessidades dos seus utilizadores.

As primeiras iniciativas oficiais de recolha de informação estatística e de definição de metodologias e orientações práticas para a sua concretização datam dos anos 50, porém, o desenvolvimento do setor e as constantes alterações nos hábitos e comportamento do consumidor promovem novas necessidades de informação estatística.

As organizações internacionais com competências na área do turismo têm centrado o seu papel fundamentalmente na compilação e publicação dos dados estatísticos recolhidos pelas entidades nacionais que, na maioria das vezes, apenas realizam as operações estatísticas necessárias para fornecer os indicadores estatísticos exigidos pelas organizações internacionais. Deste modo, tal como afirmam Lickorish e Jenkins (1997) as principais fontes oficiais de estatísticas do turismo, para dados de base nacional, são primeiramente os próprios governos e as suas Organizações Nacionais de Turismo e, em segundo lugar as entidades intergovernamentais.

Os dados estatísticos existentes sobre o turismo em Portugal são diminutos, razão pela qual, Portugal ocupa o 72º lugar em termos de qualidade e cobertura da informação estatística no índice de competitividade viagens e turismo 2013, e, além disso, não se evidencia uma forte estratégia para melhorar o conhecimento e caracterização da procura ajustada aos mercados alvo, e na diversificação de produtos que permita a alteração da proposta de valor e o reposicionamento da oferta turística nacional (PWC, 2014).

Neste sentido, é objetivo fundamental do presente artigo analisar as operações estatísticas e os indicadores referentes ao setor do turismo divulgados a nível nacional em Portugal. Para tal, começou-se por efetuar um enquadramento teórico da temática abordada, mostrando a importância e a evolução das estatísticas de turismo, abordando os sistemas de estatística de turismo existentes a nível internacional, e analisando as alterações no comportamento do consumidor que conduziram a novas necessidades de informação estatística. De seguida expõem-se a metodologia utilizada no estudo e a discussão dos resultados obtidos e, por último, apresentam-se as conclusões.

Revisão da literatura

Importância e evolução das estatísticas em turismo

Na opinião de Cunha (1997), as ações e medidas a aplicar no setor do turismo exigem um conhecimento aprofundado da atividade que não se pode limitar aos movimentos das pessoas, mas também aos efeitos produzidos pelo turismo. De acordo com Page (2007), a medição do fenómeno do turismo através da recolha, análise e interpretação das estatísticas torna-

se fundamental para obter esse conhecimento, nomeadamente em termos de volume, escala, impacte e valor, nas suas diferentes escalas geográficas. Por sua vez, Burkart e Medlik (1974) citado em Wöber (2000) afirmam que as estatísticas do turismo são necessárias porque permitem avaliar os impactes do turismo no destino, apoiam o processo de planeamento e desenvolvimento de infraestruturas turísticas, e facilitam a promoção e o marketing. Na opinião da UNWTO (1996), primeiramente, é necessário entender o que é preciso ser medido, e depois então, a vasta gama de informação potencial deve ser reduzida a um conjunto de medidas utilizáveis e significativas sobre os fatores que são importantes para o tomador de decisão.

De acordo com a UN e UNWTO (2010) as primeiras iniciativas no sentido de apresentar definições internacionais na área do turismo, nomeadamente o conceito de Turista, foram realizadas em 1937 pelo Conselho da Liga das Nações Unidas. Porém, Lickorish (1997) refere que apenas em 1949 foram dados os primeiros passos na recolha de estatísticas referentes ao turismo internacional, pela *British Travel Association* para a *International Union of Official Travel Organisations*, com a publicação de um relatório que incidiu sobre 46 países onde foram dadas instruções sobre definições, conceitos e metodologias. Lickorish & Jenkins (1997) mencionam que à medida que o turismo foi ganhando importância é que cresceu a necessidade de recolher dados ao nível do turismo doméstico, introduzir alterações nos métodos de recolha, rever conceitos e satisfazer as novas necessidades de informação das organizações públicas e agentes privados do setor.

Assim, entre os marcos mais importantes na evolução das estatísticas de comércio de serviços e estatísticas do turismo destacam-se nesta investigação em 1978, a publicação das Linhas Orientadoras Provisórias das Estatísticas do Turismo Internacional, pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU); 1993, a CENU adotou também a Classificação *Standard* Internacional das Atividades Turísticas a ser usada provisoriamente pelos países; 1994, a publicação da primeira versão das “Recomendações sobre Estatísticas do Turismo”; 2000, adoção pelo CENU da “Conta Satélite do Turismo: Quadro Metodológico Recomendado”; 2008, adoção pelo CENU da versão revista dos manuais “Recomendações Internacionais para as Estatísticas do Turismo 2008” e “Conta Satélite do Turismo: Quadro Metodológico Recomendado 2008”, elaborado pelo CENU conjuntamente com a UNWTO. Estes manuais constituem um quadro de referência para os sistemas de estatísticas de turismo, pois fornecem conceitos, definições, classificações, indicadores e tabelas de resultados do turismo, de modo a descrever exhaustivamente o setor (UN, UNWTO, CEC & OCDE, 2001; UN, UNWTO, EUROSTAT & OCDE, 2010; UN & UNWTO, 2010).

Relativamente à Conta Satélite de Turismo, o Eurostat (2002) refere ainda que a implementação deste quadro conceptual e metodológico de referência internacional é considerada prioritária em todos os Estados Membros da União Europeia dado os muitos benefícios a ela associados, destacando-se como uma ferramenta estatística credível, que analisa a dimensão e o significado do turismo como atividade económica, fornecendo indicadores comparáveis, de grande utilidade para a tomada de decisão a nível do destino.

A importância das estatísticas de turismo é reconhecida pelas entidades governamentais em todo o mundo, por esse motivo existem diversas organizações a nível internacional, tais como a UNWTO, a World Travel and Tourism Council, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Eurostat, que compilam e publicam estatísticas do turismo, principalmente dos países membros. Além disso, quase todos os governos nacionais têm uma autoridade de estatística responsável pela recolha de dados estatísticos sobre turismo.

Sistema de estatísticas do turismo a nível mundial e europeu

A nível internacional existem organismos que, embora não sejam especializados na área do turismo, disponibilizam estatísticas sobre o setor, como é o caso da OCDE. A OCDE recolhe dados e efetua comparações estatísticas entre os países membros e alguns não membros em diversas áreas, tal como se pode observar na tabela 1, encontrando-se o turismo na área estatística “Indústria e Serviços”. Esta organização publica artigos e estudos que abrangem diferentes temáticas, contudo, nesta investigação, destaca-se uma das suas publicações mais importantes na área do turismo “*OCDE Tourism Trends & Policies*”. Esta publicação inclui informação sobre as políticas e dados estatísticos de turismo de vários países, bem como uma visão alargada das tendências do setor em mais de 40 países (OCDE, 2016).

Tabela 1. Áreas estatísticas da OCDE.

Áreas estatísticas
Agricultura e pescas
Demografia e população
Desenvolvimento
Projeções económicas
Educação e formação
Meio ambiente
Finanças
Globalização
Saúde
Indústria e serviços
Tecnologia da informação e comunicação
Comércio internacional e da balança de pagamentos
Trabalho
Indicadores económicos mensais
Contas nacionais
Preços e paridades de poder de compra
Produtividade
Tributação do setor Público e de regulação do Mercado
Estatísticas regionais
Ciência, tecnologia e patentes
Estatísticas sociais e de bem-estar
Transportes

Fonte: Elaboração própria a partir de OCDE (2013).

A UNWTO é a agência das Nações Unidas responsável pelas temáticas relacionadas com o setor do turismo. Porém, e embora a UNWTO desenvolva no campo das estatísticas do turismo um trabalho de grande importância para o conhecimento do setor, esse trabalho resulta mais em termos de compilação e publicação de estatísticas do que na recolha de dados primários (Lickorish & Jenkins, 1997). Deste modo, salientam-se neste artigo, entre as publicações de estatísticas do turismo divulgadas por esta organização, as que têm uma periodicidade anual e que são de âmbito mundial, como é o caso do “Anuário das Estatísticas do Turismo”, “*UNWTO Tourism Highlights*” e o “Compêndio de Estatísticas de Turismo. Para além destas, a UNWTO publica ainda previsões do turismo a longo prazo, como é o caso da publicação “*Tourism Towards 2030-Global Overview*”, e publicações que abordam temas específicos. Regularmente, a UNWTO publica também o “*Barómetro do Turismo Mundial*” com informação sobre as tendências do turismo e estratégias de marketing da UNWTO (2013). Na tabela 2 pode-se observar as principais publicações da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, bem como as funções e as áreas de recolha de informação estatística.

Tabela 2. Funções, áreas e publicações da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

Divisão de Estatísticas das Nações Unidas	
Funções	Recolha, tratamento e difusão da informação estatística
	Padronização dos métodos estatísticos, nomenclaturas e definições
Funções	O programa de cooperação técnica
	Coordenação de programas e atividades internacionais de estatística
Áreas de recolha de informação estatística	Comércio; Energia; Ambiente; Contabilidade; Económico-Ambiental; Género; Atividades relacionadas com a informação geográfica; Indústria; Tecnologias de Informação; Comércio internacional de mercadorias; Comércio internacional de serviços e Turismo ; População e <i>census</i> ; Sociais; Sistemas de contas nacionais
Publicações genéricas mais populares	Boletim mensal de estatística; Anuário estatístico; Livro de bolso das estatísticas mundiais.

Fonte: Elaboração própria a partir de UN (2013).

A nível europeu, o Eurostat é a agência oficial de estatísticas. Porém, até final da década de 90 o seu contributo para o setor foi praticamente ao nível de aspetos metodológicos e recomendações (Lickorish & Jenkins, 1997). Este facto pode ser justificado pelo recente interesse da UE no sector do turismo e também porque esta entidade, em geral, não produz estatísticas, cingindo-se a compilar e a editar os dados dos Estados Membros.

Esta agência, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 223/2009 do Parlamento e Conselho de 11 de março de 2009, artigo 4º, constitui o Sistema Estatístico Europeu, em parceria com os Institutos Nacionais de Estatística e outras autoridades nacionais responsáveis, em cada Estado-Membro, pelo desenvolvimento, produção e divulgação de estatísticas europeias.

A missão do Eurostat é proporcionar informação estatística fidedigna a nível europeu que permita efetuar comparações entre países e regiões, bem como, contribuir para a harmonização dos métodos estatísticos (Dinis, 2016). Para tal, o Eurostat edita e compila os dados estatísticos enviados pelas autoridades nacionais referentes a cada estado membro, em nove áreas temáticas: i) estatísticas gerais e regionais; ii) economia e finanças; iii) população e condições sociais; iv) indústria, comércio e serviços; v) agricultura e pescas; vi) comércio externo; vii) transportes; ambiente e energia; e viii) ciência e tecnologia, conforme se pode observar na tabela 3.

O Sistema Europeu de Estatísticas do Turismo está organizado com base no Regulamento N.º 692/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de julho de 2011 referente à recolha de informação estatística a nível europeu no domínio do turismo, que revogou a Diretiva 95/57/CE do Conselho, de 23 de novembro de 1995 (EU, 2014). De acordo com esse Regulamento, os estados membros devem recolher, compilar, tratar e transmitir estatísticas harmonizadas sobre a procura e a oferta turística.

Tabela 3. Sistema de Estatística Europeu.

Sistema de Estatística Europeu, por tema		
Estatísticas Gerais e Regionais	Regiões e cidades	
	A cooperação internacional	
	Cooperação com os países mediterrânicos: programa-MEDSTAT	
Economia e Finanças	Candidatos e potenciais candidatos	
	As contas nacionais (incluindo PIB)	
	Quadros <i>Input-Output</i> (ESA 95)	
	Contas do setor europeu	
	Estatísticas das finanças públicas	
	As taxas de câmbio	
	As taxas de juro	
	Monetária e outras estatísticas financeiras	
	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	
	Paridades de poder de compra	
	Balança de pagamentos	
	População e Condições Sociais	População
		Saúde (saúde pública / saúde e segurança no trabalho)
Educação e formação		
Mercado de trabalho		
Rendimento, inclusão social e condições de vida		
A proteção social		
Inquérito ao Orçamento Familiar		
Criminalidade e justiça penal		
Indústria, Comércio e Serviços	Cultura	
	Estatísticas estruturais das empresas	
	Estatísticas das empresas (curto prazo)	
	Turismo	
	Manufaturados	
Agricultura e Pescas	Sociedade da Informação	
	Agricultura	
	Floresta	
	Pescas	
	Alimentos: do campo à mesa	
Comércio Externo	Indicadores agroambientais	
Transportes	Comércio externo	
Ambiente e Energia	Transportes	
Ciência e Tecnologia	Meio ambiente	
	Energia	
	Ciência, tecnologia e inovação	

Fonte: Elaboração própria a partir de Eurostat (2013).

Relativamente aos indicadores a comunicar ao Eurostat importa referir que, a periodicidade de transmissão da informação, por parte da autoridade de estatística de cada estado membro, varia entre anual ou trienal, alguns indicadores, nomeadamente os referentes à ocupação e capacidade dos estabelecimentos hoteleiros são ainda desagregadas por NUT I e II, tipo de alojamento e localidade onde se situa, e por país ou área geográfica de residência dos hóspedes. Os indicadores referentes à “participação no turismo por motivos pessoais” são desagregados, obrigatoriamente, por sexo e grupo etário. O regulamento refere ainda outros indicadores e desagregações que não foram mencionadas no presente artigo por não serem de carácter obrigatório para os estados membros. Na tabela 4 pode-se observar os principais indicadores que os estados membros devem transmitir à UE.

Tabela 4. Tipos de turismo, âmbito de aplicação e principais indicadores a transmitir à EU.

Tipos de Turismo	Âmbito	Indicadores a transmitir
Turismo interior	Capacidade dos estabelecimentos de alojamento turístico	Estabelecimentos (N ^o) Camas (N ^o) Quartos (N ^o) Estabelecimentos com um ou mais quartos acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida (N ^o)
	Ocupação dos estabelecimentos de alojamento turístico	Dormidas de (não) residentes em estabelecimentos de alojamento turístico (N ^o) Chegadas de (não) residentes a estabelecimentos de alojamento turístico (N ^o) Taxa líquida de ocupação-cama (%) Taxa líquida de ocupação-quarto (%)
	Em alojamento não arrendado	Dormidas turísticas passadas em alojamento não arrendado (N ^o) (facultativa)
Turismo nacional	Participação no turismo por motivos pessoais	Residentes com idade ≥ 15 anos, em deslocação turística por motivos pessoais durante o período de referência (N ^o) Residentes com idade ≥ 15 anos, não participando em deslocação turística por motivos pessoais durante o período de referência (N ^o)
	Deslocações turísticas e respetivos visitantes	Perfil do visitante: sexo, idade, país de residência. Características da viagem: mês da partida, duração da viagem (dormidas), principal país de destino, principal motivo da viagem, principal meio de transporte, principal tipo de alojamento Reserva da viagem: operador turístico ou agência de viagens, Internet, independente Despesas turísticas
	Deslocações de um só dia	Número e despesas de deslocações de um só dia (emissoras e domésticas) por motivos pessoais, e por motivo profissional.

Fonte: Elaboração própria a partir do Regulamento (UE) N.º 692/2011 do PE e do Conselho de 6 de julho de 2011.

Estes indicadores são trabalhados pelo Eurostat e divulgados através de manuais e publicações. Entre os manuais difundidos por esta entidade encontram-se, os seguintes:

- “*Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*”, providencia uma atualização do quadro conceitual para a elaboração da Conta Satélite do Turismo (UN, UNWTO, EUROSTAT & OCDE, 2010);
- “*Recommendations for Tourism Statistics 2008*”, manual que fornece um quadro metodológico abrangente para a recolha e compilação de estatísticas do turismo em todos os países (UN, UNWTO, EUROSTAT & OCDE, 2010);
- “*Methodological Manual for Tourism Statistics*”, onde se encontram as linhas gerais para aplicação do regulamento 692/2011 do PE e do Conselho de 6 de julho de 2011 (EU, 2014);
- “Aplicação das Orientações Metodológicas do Eurostat nas estatísticas de turismo e viagens”, que tem como objetivo discutir a implementação da metodologia do Eurostat sobre estatísticas do turismo (EC & Eurostat, 1996);
- “Metodologia Comunitária em Estatísticas do Turismo”, elaborado com o apoio dos estados membros, onde foram estipulados conceitos e metodologias de modo

a estabelecer uma base comum e uma produção harmonizada das estatísticas de turismo pelos estados membros foi publicada em 1998 (EC & Eurostat, 1998).

Em relação às publicações destacam-se:

- a) “*Tourism Statistics Pocketbook*”, fornece informação sobre estatísticas do turismo na Europa. A informação está estruturada em duas partes. A primeira parte contém informação geral necessária para avaliar a importância económica do setor. Na segunda parte é apresentada informação específica sobre o setor, desagregada por país, nomeadamente as tendências recentes e indicadores da procura e da oferta (EC & Eurostat, 2008a);
- b) “*Panorama on Tourism*”, providência informação geral sobre os aspetos estruturais do turismo na Europa e sua evolução, inclui para além dos estados membros, os países candidatos e os pertencentes à EFTA (EC & Eurostat, 2008b);
- c) “*Tourism Satellite Accounts in Europe*”, nesta publicação são divulgados os resultados nacionais de um conjunto de indicadores chave das Contas Satélites de Turismo dos estados membros, países candidatos e EFTA que compilaram esses dados nos anos anteriores à publicação (EC & Eurostat, 2011);
- d) “Estatísticas em Foco”, providência uma síntese atualizada dos principais resultados dos inquéritos, estudos e análises estatísticas nas diversas áreas, incluindo o turismo (EC & Eurostat, 2013).

Para além destas publicações, no âmbito do turismo, o Eurostat divulga o “*Flash Eurobarometer*” com os resultados de um inquérito denominado de “Preferências dos Europeus perante o Turismo”, conduzido a pedido da Direção-Geral das Empresas e da Indústria nos 28 estados membros e mais sete países: Turquia, Macedónia, Noruega, Islândia, Montenegro, República da Sérvia e Israel. Através deste inquérito pode-se obter informação sobre as preferências dos inquiridos, em termos de destinos favoritos, perfil dos visitantes, motivos da viagem, satisfação em relação aos vários aspetos da viagem, fontes de informação e ferramentas usadas para pesquisa e organização da viagem, e tendências para as próximas viagens (European Union, 2015).

Comportamento do consumidor e necessidades de informação estatística

Lockwood e Medlik (2001) referem que estão a ocorrer mudanças no comportamento e estilo de vida do consumidor, tais como: i) alterações demográficas, ii) tecnológicas, iii) alterações nos padrões de trabalho, iv) escassez de tempo, e v) mudanças no modo de consumo, que se prevê que venham a ter impacto nos próximos anos no setor das viagens e turismo. Na opinião de Cunha (2001), as novas tendências da procura e consumo caracterizam-se pela: i) fragmentação das férias com redução do nível de fidelidade aos destinos; ii) aumento das viagens de curta duração e redução do tempo das viagens principais; iii) alteração dos hábitos de aquisição das viagens, com aumento das viagens organizadas individualmente; iv) alteração dos hábitos de consumo, combinação do “sol e mar” com atividades lúdicas; v) procura de serviço personalizado; e vi) maior preocupação com o enquadramento ambiental.

Segundo o TP (2007), as principais tendências ao nível do consumidor são: i) crescimento do número de turistas internacionais em todo o Mundo; ii) envelhecimento da população europeia; iii) aumento do número de viagens de curta duração; iv) aumento dos gastos

com a estadia e redução dos gastos com a viagem; v) procura de experiências diversificadas; vi) aumento das viagens organizadas individualmente; vii) desintermediação entre a procura e a oferta possibilitada pela Internet; ix) sofisticação do negócio hoteleiro com segmentação de experiências e enfoque dos grandes grupos nas atividades de marketing e de gestão hoteleira; x) organização de megaeventos mediáticos para gerar notoriedade de destino e promoção generalizada das marcas países e principais regiões; xi) desenvolvimento de infraestruturas/conteúdos e eventos regulares para dar resposta a múltiplas motivações; xii) criação de condições para o desenvolvimento de *low cost* e desenvolvimento das ligações ferroviárias de alta velocidade; xiii) atuação a vários níveis para melhorar a experiência local englobando urbanismo, ambiente, animação e conteúdos culturais.

De acordo com o TP (2017), estão a ocorrer mudanças internacionais que impactam o turismo, salientando-se a existência de consumidores mais informados e exigentes, o crescimento dos turistas casados sem filhos e dos turistas solteiros com poder de compra, o impacto dos consumidores *millennials* na redefinição e criação dos modelos de negócio, a expansão das redes sociais, e as tecnologias de informação e comunicação como veículo condutor da Nova Economia.

O Regulamento (UE) N.º 692/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de julho de 2011 salienta que há mudanças verificadas no comportamento do consumidor em turismo, conduzidas pelos seguintes fatores: i) aumento das viagens de curta duração; ii) crescente utilização da Internet para reserva de viagens; iii) incremento de viagens com motivos diferentes de férias e negócios; iii) novas formas de alojamento (ex: turismo residencial, estabelecimento de arrendamento turístico); e iv) crescente importância das viagens de apenas um dia, que conduziram a diferentes necessidades de informação estatística. Deste modo, o regulamento propõe adaptações à produção de estatísticas de turismo, passando a incluir, sobretudo, dados estatísticos sobre: deslocações de um só dia, embora estes sejam facultativos; outras formas de alojamento; e reservas efetuadas através da Internet.

Em 2001, a Comunicação “Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu”, emanada pela Comissão das Comunidades Europeias, onde se constata a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o turismo na Europa, através da definição e aplicação da Agenda 21, refere a necessidade de existirem métodos e indicadores destinados ao acompanhamento do setor do turismo, tendo sido identificado como prioritária, a informação sobre: i) volume e tendências da procura turística; ii) características dos visitantes nacionais e estrangeiros; iii) papel económico do turismo; estrutura e características dos subsectores do turismo; inventário e características dos recursos primários; e, iv) legislação e regulamentação existente em matéria de turismo (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Por outro lado, de acordo com Ritchie e Crouch (2003) as organizações responsáveis pela gestão de destinos necessitam de dois tipos de fluxos de informação que importa obter e gerir: fluxos de entrada e fluxos de saída. Os fluxos de entrada referem-se à informação fornecida aos responsáveis pela organização, de modo a assegurar o seu funcionamento de forma mais competitiva e sustentável, como é o caso dos seguintes tipos de informação: i) medição do desempenho do destino; ii) monitorização dos mercados-alvo; iii) monitorização dos destinos concorrentes; iv) monitorização do desempenho dos subsectores do turismo; v) impactes do desenvolvimento turístico; vi) satisfação dos turistas; vii) padrões de comportamento do visitante; viii) contribuição do turismo para a economia; ix) apoio financeiro do governo ao turismo; x) eficiência e eficácia das políticas e estratégias previamente implementadas; e, os

fluxos de saída que se referem à informação que deve ser proporcionada a um vasto conjunto de agentes (investidores, decisores, residentes, visitantes atuais e potenciais).

Por sua vez, a União Europeia (2013) propôs um Sistema Europeu de Indicadores de Turismo que incide sobre o destino turístico, e pretende ser um instrumento de referência para todos os países da UE para a gestão sustentável dos destinos. O sistema de indicadores é constituído por um conjunto de 27 indicadores principais e 40 indicadores de aplicação opcional, enquadrados nas seguintes categorias: gestão do destino; valor económico; impacto social e cultural; e impacto ambiental. Na tabela 5 pode-se observar a lista dos indicadores principais propostos no Sistema Europeu de Indicadores de Turismo para Destinos Sustentáveis.

Tabela 5. Sistema Europeu de Indicadores de Turismo para Destinos Sustentáveis.

Gestão do Destino	
Critérios	Indicadores principais
Política Pública de Turismo Sustentável	Percentagem do destino com um(a) plano de ação/estratégia de turismo sustentável, com acompanhamento, controlo do desenvolvimento e dispositivo de avaliação acordados
Gestão Sustentável do Turismo em Empresas Turísticas	Percentagem de estabelecimentos/empresas turísticas (as) no destino que utilizam certificação/rotulagem verificada voluntária para medidas em prol do ambiente/da qualidade/da sustentabilidade e/ou da RSE
Satisfação do Cliente	Percentagem de visitantes satisfeitos com a experiência geral no destino
Informação e Comunicação	A percentagem de visitantes que salientam ter conhecimento dos esforços de sustentabilidade do destino
Valor Económico	
Critérios	Indicadores principais
Fluxo do Turismo (volume e valor) no Destino	Número de dormidas por mês Gastos diários por turista (alojamento, alimentação e bebidas, outros serviços)
Desempenho da (s) Empresa(s) Turística(s)	Duração média da estadia dos turistas (noites) Taxa de ocupação em alojamentos comerciais por mês e média anual
Quantidade e Qualidade do Emprego	Emprego direto no turismo em percentagem do emprego total
Segurança e Saúde	Percentagem de empresas turísticas inspecionadas relativamente a segurança contra incêndios no último ano
Cadeia de Abastecimento do Turismo	Percentagem de empresas turísticas que trabalham ativamente para obter bens e serviços sustentáveis e de comércio equitativo
Impacto Social e Cultural	
Critérios	Indicadores principais
Impacto Social/Comunitário	Número de turistas/visitantes por cada 100 residentes
Igualdade de Género	Percentagem de homens e mulheres empregados no setor do turismo
Igualdade/Acessibilidade	Percentagem de alojamentos comerciais com quartos acessíveis a pessoas com deficiência ou que participam em regimes de acessibilidade reconhecidos
	Percentagem de atrações turísticas acessíveis a pessoas com deficiência ou que participam em regimes de acessibilidade reconhecidos
Proteção e Enriquecimento do Património Cultural, da Identidade e dos Recursos Locais	Percentagem do destino abrangido por uma política ou um plano que proteja o património cultural

Tabela 5. Sistema Europeu de Indicadores de Turismo para Destinos Sustentáveis (*cont.*)

Impacto Ambiental	
Critérios	Indicadores principais
Redução do Impacto dos Transportes	Percentagem de turistas e excursionistas que utilizam diferentes modos de transporte para chegar ao destino (públicos /privados e tipo) Percurso médio (km) realizado pelos turistas de e para casa ou percurso médio (km) desde o destino anterior até ao destino atual
Alterações Climáticas	Percentagem de empresas turísticas envolvidas em regimes de atenuação das alterações climáticas – nomeadamente: compensação de CO ₂ , sistemas de energia de baixo consumo, etc. – e respostas e ações de «adaptação»
Gestão de Resíduos Sólidos	Volume de resíduos produzidos pelo destino (toneladas por residente e por ano ou por mês) Volume de resíduos reciclados (percentagem ou por residente e por ano)
Tratamento de Esgotos	Percentagem de esgoto do destino tratado pelo menos a nível secundário antes da descarga
Gestão das Águas	Consumo de água doce por turista e por noite comparado com o consumo de água da população geral por pessoa e por noite
Consumo de Energia	Consumo de energia por turista e por noite comparado com o consumo de energia da população geral por pessoa e por noite
Proteção da Paisagem e da Biodiversidade	Percentagem do destino (área em km ²) designada para proteção
Gestão da Iluminação e do Ruído	O destino tem políticas em vigor que exigem que as empresas turísticas minimizem a poluição luminosa e sonora
Qualidade da Água Balnear	Nível de contaminação por cada 100 ml (coliformes fecais, Campylobacter)

Fonte: Adaptado de UE (2013).

Em Portugal, da avaliação efetuada à produção estatística na área do turismo, relativamente às necessidades de informação, de acordo com o INE (2002), as necessidades de informação estatística dos utilizadores institucionais centram-se, fundamentalmente, na vertente económica do setor, nos produtos característicos do turismo que constituem o núcleo da oferta turística, e na procura turística.

Em relação às necessidades de informação estatística relativa à procura turística, estas incidem sobre a periodicidade com que a informação é desagregada, principalmente o consumo turístico nacional, o nível de desagregação (geográfica e categorias de alojamento), as características e comportamento do turista estrangeiro, a opinião dos visitantes sobre a imagem de Portugal, e sobre as tendências sociais, políticas e económicas dos principais países emissores de turismo para Portugal. No sentido de colmatar as necessidades de estatísticas ao nível da balança de pagamentos refere-se ainda, a informação sobre os movimentos turísticos nas fronteiras.

Metodologia

O principal objetivo deste artigo é analisar a informação estatística oficial publicada em Portugal na área do Turismo. Para tal, e embora existam outras entidades de natureza pública, coletiva ou privada que, esporadicamente, produzem e divulgam estatísticas específicas sobre determinadas temáticas, como é o caso da Associação da Hotelaria de Portugal e dos Aeroportos de Navegação Aérea e entidades que, com base em fontes de dados oficiais, produzem e divulgam informação estatística, como por exemplo a Base de Dados de Portugal Contempo-

râneo (PORDATA), a análise realizada centra-se apenas nos dados estatísticos oficiais recolhidos e tratados pelas autoridades de estatística nacional de Portugal.

Em Portugal, de acordo com os termos estabelecidos na lei do Sistema Estatístico Nacional (artigo 3, nº 4 da lei nº 22/2008 de 13 de maio), as autoridades estatísticas responsáveis pela produção de estatísticas oficiais são: o INE, I.P., o Banco de Portugal, o Serviço Regional de Estatística dos Açores, a Direção Regional de Estatística da Madeira, e as entidades com delegação de competências do conselho directivo do INE, I.P [EDC]. Contudo, cabe ao INE, I.P. na qualidade de órgão central de produção e difusão das estatísticas oficiais, assegurar a supervisão e coordenação técnico científico do Sistema Estatística Nacional (art.3, nº 3).

De acordo com Decreto-Lei nº 136/2012 de 2 de julho, artigo 4, nº1, o INE, I.P. tem por missão a produção e divulgação de informação estatística oficial. Além disso, o INE, I.P. é também o órgão interlocutor nacional junto do Eurostat para fins estatísticos no âmbito do Sistema Estatístico (Decreto-Lei nº 136/2012 de 2 de julho, artigo 4, nº2). O INE, I.P. divulga estatísticas em diversos domínios de atividades, porém, as análises realizadas neste artigo incidem apenas sobre as estatísticas classificadas no domínio do turismo.

A produção e divulgação da informação estatística de turismo está associada a operações estatísticas. Deste modo, nesta investigação foram analisadas em detalhe as operações estatísticas executadas pelo INE, I.P. no período de 2014-2016, através da análise de conteúdo dos documentos metodológicos que suportam as respetivas operações estatísticas, e as operações estatísticas que já não se encontram vigentes, recorrendo à análise do *site* oficial do INE, I.P. Além disso, foram ainda analisados os planos de atividades do INE, I.P. e EDC para os anos 2014, 2015 e 2016.

Apresentação e discussão dos resultados

Da análise efetuada aos planos de atividades do INE, I.P e EDC verificou-se que, no período de 2014-2016, o INE, I.P. realizou sob sua responsabilidade quatro operações estatísticas na área do turismo, são elas: inquérito à permanência de campistas nos parques de campismo; inquérito à permanência de colonos nas colónias de férias; inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos; e o inquérito às deslocações dos residentes (INE, 2013a, 2014, 2015a).

Como se pode observar na tabela 6, as operações estatísticas concentram-se na sua totalidade no território nacional e, com exceção do inquérito às deslocações dos residentes, no subsetor do alojamento, nomeadamente nos estabelecimentos hoteleiros, estabelecimentos de turismo no espaço rural e de alojamento local, parques de campismo, e colónias de férias.

Os inquéritos à permanência incidem sobre as diferentes unidades de alojamento, sendo utilizado o método exaustivo na recolha dos dados, ou seja, são inquiridos, através de questionário, todos os estabelecimentos que se encontram registados ou recenseados na base de dados da autoridade estatística nacional. Deste modo, a informação recolhida nestas operações estatísticas abrange o turismo realizado em Portugal, ou seja, o turismo interior. Em relação à periodicidade, verifica-se que as operações estatísticas têm uma aplicação mensal. Por outro lado, o inquérito às deslocações dos residentes é um inquérito realizado trimestralmente, por amostragem, isto é, são inquiridos os indivíduos residentes em Portugal nas unidades de alojamento selecionadas.

Tabela 6. Caracterização das operações estatísticas na área do turismo a realizar, por ano, 2014-2016.

Área de Recolha da Informação	Âmbito Geográfico	Operação Estatística	Periodicidade	Tipo de Operação Estatística
Viagens Turísticas	Continente; Açores; Madeira	Inquérito às deslocações dos residentes ¹	Trimestral	Inquérito amostral
Ocupação do Alojamento	Continente; Açores; Madeira	Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos ²	Mensal	Recenseamento
	Continente; Açores; Madeira	Inquérito à permanência de campistas nos parques de campismo	Mensal	Recenseamento
	Continente; Açores; Madeira	Inquérito à permanência colonos nas colónias de Férias	Mensal	Recenseamento

Fonte: Elaboração própria a partir de INE (2012ab, 2013ab).

Em 2015 e 2016 está prevista a implementação do Inquérito ao Turismo Internacional que tem como objetivos, segundo o INE (2015b) a identificação da estrutura de gastos de turistas e excursionistas e o conhecimento sobre o perfil dos visitantes de e para Portugal. Este inquérito tem um carácter ocasional e é efetuado por amostragem aos viajantes que atravessam as principais fronteiras aéreas, rodoviárias e marítimas de Portugal. O INE, I.P. não apresenta no documento metodológico referente ao Inquérito ao Turismo Internacional informação sobre os indicadores que serão disponibilizados ao público.

No que diz respeito aos indicadores de difusão das restantes operações estatísticas em vigor, da análise da tabela 7, verifica-se que através dos inquéritos à permanência é possível obter indicadores do lado da procura, que permitem, essencialmente, conhecer a procura interna e externa de cada tipo de estabelecimento em termos de volume, estrutura e permanência média nos estabelecimentos. Destas operações estatísticas apenas o inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos disponibiliza indicadores do lado da oferta relativos à capacidade de alojamento na hotelaria e noutros meios de alojamento turístico coletivo, bem como indicadores financeiros e indicadores dos recursos humanos dos estabelecimentos.

Por outro lado, o inquérito à deslocação dos residentes disponibiliza indicadores apenas sobre a procura dos residentes em Portugal em termos de: volume de turistas, desagregados por sexo e grupo etário; viagens realizadas pelos turistas, desagregadas por sexo, grupo etário, meio de transporte utilizado, motivo da viagem, destino da viagem e duração da viagem; e dormidas realizadas pelos turistas, desagregadas por sexo, grupo etário, tipo de alojamento utilizado, motivo da viagem, destino da viagem e duração da viagem. Importa referir que, embora não constem dos indicadores a disponibilizar pelo INE, I.P., através desta operação estatística são também observadas variáveis relativas às despesas realizadas pelos turistas, bem como dados sobre existência de deslocações turísticas de excursionismo (INE, 2013b).

¹Vigente desde 1998.

²Vigente desde 1965.

Tabela 7. Indicadores de difusão por operação estatística.

Operação estatística	Indicadores de difusão
Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Hóspedes (N ^o) nos estabelecimentos hoteleiros
	Dormidas (N ^o) nos estabelecimentos hoteleiros
	Quartos nos estabelecimentos hoteleiros (N ^o)
	Estabelecimentos hoteleiros (N ^o)
	Capacidade de alojamento (N ^o) nos estabelecimentos hoteleiros
	Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros
	Estada média (N ^o) nos estabelecimentos hoteleiros
	Rendimento médio por quarto (RevPar) nos estabelecimentos hoteleiros
	Pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros (N ^o)
	Proporção de hóspedes estrangeiros (%)
	Proveitos totais (€) dos estabelecimentos hoteleiros
	Proveitos de aposento (€) dos estabelecimentos hoteleiros
	Proveitos de aposento por hóspedes (€)
Inquérito à permanência de campistas em parques de campismo	Campistas (N ^o) nos parques de campismo
	Dormidas (N ^o) nos parques de campismo
	Estada média (N ^o) nos parques de campismo
Inquérito à permanência de colonos nas colónias de férias	Hóspedes (N. ^o) nas colónias de férias
	Dormidas (N. ^o) nas colónias de férias
	Estada média (N. ^o) nas colónias de férias
	Estada média (N. ^o) nas pousadas da juventude
	Dormidas (N. ^o) nas pousadas da juventude
Inquérito às deslocações dos residentes	Hóspedes (N. ^o) nas pousadas da juventude
	Turistas (N. ^o)
	Viagens (N. ^o) realizadas pelos turistas
	Dormidas (N. ^o)

Fonte: Elaboração própria a partir de INE (2013ab; 2012ab; 2009).

Analisando detalhadamente aos indicadores de difusão pode-se mencionar que, de uma forma geral, o número de hóspedes, colonos ou campistas são indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que efetuam pelo menos uma dormida num meio de alojamento, e que tenham efetuado o *check in* no mês de referência ou em meses anteriores. Independentemente do número de noites que permanecem no alojamento, o indivíduo é contabilizado apenas uma vez, desde que a permanência seja contínua, caso contrário será contabilizado tantas vezes quantas as inscrições. Para conhecer o número de indivíduos que efetivamente deram entrada no meio de alojamento no mês de referência utilizam-se os indicadores número de hóspedes, campistas ou colonos entrados. O indicador “Proporção de hóspedes estrangeiros” mede a relação entre o número de hóspedes com residência habitual no estrangeiro e o total de hóspedes. (INE, 2012a)

O indicador “Número de dormidas” indica-nos o número de noites que cada indivíduo permanece num meio de alojamento, e permite conhecer a importância turística de cada região (Cunha, 1997). O indicador “Estada média” é medido através da relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, transmitindo informação sobre o número de noites que, em média, um indivíduo permanece num determinado meio de alojamento e, conseqüentemente numa região. Estes indicadores referem-se aos indivíduos residentes em Portugal ou no estrangeiro, o que possibilita conhecer os movimentos turísticos relativamente à sua origem. (INE, 2012a)

Relativamente ao indicador “Número de estabelecimentos” este mostra a quantidade e tipo de estabelecimentos existentes numa determinada região ou país, que têm como principal atividade a prestação de serviços de alojamento e de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Por sua vez, o “Número de quartos” indica o total de quartos disponíveis para hospedar num determinado alojamento, estando incluídas as camas extras colocadas a pedido do cliente e excluídos os quartos utilizados pelos proprietários ou empregados. Estes indicadores são apenas divulgados nas operações estatísticas referentes aos estabelecimentos hoteleiros. (INE, 2012a)

O indicador “Capacidade de alojamento” mostra o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos hoteleiros podem alojar num determinado período. Para o seu cálculo é necessário o indicador “Número de camas”, individuais e de casal, sendo que são consideradas como duas as camas de casal. Este indicador não reflete o número de camas disponíveis, apesar de serem observados o número de dias que os estabelecimentos estiveram em funcionamento, tornando-se perentório distinguir, na opinião de Cunha (1997) entre capacidade total e capacidade disponível. Não são, contudo, contabilizados os estabelecimentos encerrados no período de referência. No que diz respeito ao indicador “Taxa líquida de ocupação cama”, este mede a relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência. (INE, 2012a)

O indicador “Proveitos de aposento” compreende os valores globais, sem IVA, cobrados pelas dormidas de todos os hóspedes nos meios de alojamento turístico. Este indicador juntamente com os proveitos de restauração e outros proveitos decorrentes da própria atividade, tais como, aluguer de salas, lavandaria, tabacaria e telefone resulta no indicador “Proveitos totais”. Relativamente ao indicador “Rendimento por quarto disponível” este é obtido pela relação entre os proveitos de aposento e o número de quartos disponíveis, no período de referência. (INE, 2012a)

O indicador “Número de pessoas ao serviço” reporta-se às pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa, qualquer que tenha sido a duração dessa participação e independentemente do vínculo. Estão inseridas neste indicador as pessoas temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês, e as pessoas com vínculo a outras empresas que trabalham na empresa, desde que sejam por estas remuneradas. (INE, 2012a)

Analisando os indicadores do inquérito às deslocações dos residentes verificou-se que, o indicador “Número de turistas” indica o número de indivíduos residentes em Portugal com 15 ou mais anos, cuja residência principal é um alojamento familiar não coletivo, que tenham efetuado deslocações e permanecido pelo menos uma noite num alojamento coletivo ou particular no lugar visitado, fora do seu ambiente habitual, em Portugal ou no estrangeiro, por motivos de lazer, recreio e férias, profissionais ou de negócios, visita a familiares e amigos e outros motivos (INE, 2013b). Este indicador pode ser apresentado nas seguintes dimensões de análise: nº de turistas, por sexo e escalão etário.

O indicador “Número de viagens” reporta-se às deslocações efetuadas a um ou mais destinos turísticos, incluindo o regresso ao ponto de partida e abrangendo todo o período de tempo durante o qual o indivíduo permanece fora do seu ambiente habitual (INE, 2013b). Este indicador não contempla as viagens efetuadas para o local de trabalho ou estudo. Nas suas várias dimensões de análise é possível conhecer “Nº de viagens” segundo o sexo, por destino principal, duração da viagem, principal meio de transporte utilizado, grupo etário, e motivo da viagem.

Em relação à variável “Nº de dormidas” constatou-se que reflete a totalidade das noites passadas pelo indivíduo no destino principal. (INE, 2013b). Está disponível nas seguintes dimensões de análise: nº de dormidas segundo o motivo da viagem, por sexo, grupo etário, duração da viagem e por tipo de alojamento utilizado.

A informação estatística decorrente das operações estatísticas desenvolvidas pelo INE, I.P. na área do turismo encontra-se desagregada por nível geográfico, NUT II e município, no caso dos inquéritos à permanência, e ao nível da NUT II a informação estatística resultante do inquérito às deslocações dos residentes.

Da análise realizada às operações estatísticas classificadas como não vigentes, ou seja que se encontram suspensas, na plataforma *online* do INE, I.P. pode-se constatar que, das nove operações estatísticas não vigentes seis incidem sobre os estabelecimentos de alojamento, apenas uma tem como âmbito de aplicação o subsector das agências de viagens, e duas operações estatísticas têm como unidade de inquirição o indivíduo. De salientar que o inquérito ao movimento de pessoas nas fronteiras, uma das mais importantes operações estatísticas do lado da procura, que permite obter informação estatística sobre os viajantes não residentes em Portugal esteve suspensa desde 2007 até 2015 (ver tabela 8).

Tabela 8. Operações estatísticas não vigentes.

Operação estatística	Período de vigência
Inquérito aos gastos turísticos internacionais	2004-2007 2013
Inquérito às boas práticas ambientais	2006-2008
Inquérito ao turismo de habitação e turismo em espaço Rural	2009-2011
Sondagem aos estabelecimentos hoteleiros	2008-2012
Inquérito aos preços nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos	2009-2012
Movimentos de pessoas nas fronteiras (aérea, marítima, terrestre e ferroviária)	2004-2007
Inquérito aos parques de campismo	2009-2010
Inquérito ao turismo em espaço rural	2004-2008
Inquérito de conjuntura às agências de viagens	1982-2007

Fonte: Elaboração própria a partir de INE (2015c).

Cabe ao INE, I.P., para além da recolha e produção, a divulgação de informação estatística relevante para a sociedade (INE, 2013a). A difusão da informação estatística é efetuada, essencialmente, através de publicações em papel ou em formato digital. O INE, I.P. divulga anualmente ao público uma publicação na área estatística do turismo com os resultados das operações estatísticas, cerca de sete meses após o ano de referência. Para além desta, importa referir que existem publicações multitemáticas, como é o caso dos anuários estatísticos regionais, onde são publicadas estatísticas do turismo para cada NUT II desagregada até ao nível municipal, porém, estas ainda são disponibilizadas mais tarde, aproximadamente um ano depois do período de referência. O INE, I.P. divulga ainda, através de comunicados de imprensa, os primeiros resultados das operações estatísticas mensais e trimestrais, 43 e 120 dias depois do período de referência, respetivamente.

Conclusões

As estatísticas do turismo são essenciais para uma tomada de decisão informada quer de entidades públicas quer privadas. Essa importância tem sido assumida pelas principais organizações internacionais com competências a este nível e, por isso, têm sido vários os esforços

destas organizações na definição de conceitos e estabelecimento de metodologias para a recolha de dados estatísticos sobre turismo, que permitam a uniformização e comparação dos indicadores. Porém, o setor encontra-se em pleno desenvolvimento e o comportamento do consumidor em turismo em constante alteração, necessitando os agentes de turismo cada vez mais de informação estatística pertinente e atualizada, que seja disponibilizada aos agentes de turismo atempadamente.

Nos últimos anos têm ocorrido alterações no comportamento do consumidor que modificaram os hábitos de consumo de viagens, destacando-se o facto do consumidor em turismo ser mais exigente, independente, informado, dependente da tecnologia, e de procurar serviços personalizados, sendo necessário diversificar as técnicas de recolha de dados estatísticos e reforçar as operações estatísticas, de modo a que os indicadores e a informação estatística oficial divulgada sejam úteis e relevantes para a tomada de decisão em turismo.

Neste artigo mostra-se que os sistemas de estatísticas do turismo internacionais baseiam-se na compilação dos dados fornecidos pelas autoridades de estatística nacional, focando-se as orientações europeias na recolha de indicadores basilares da atividade turística que procuram cobrir o turismo interno e nacional dos países membros da União Europeia. Em Portugal, cabe ao INE, I.P., de acordo com a lei do Sistema Estatístico Nacional, a recolha, tratamento e difusão da informação estatística oficial de várias áreas, incluindo o turismo.

Os resultados obtidos no artigo mostram que a recolha de dados realizada pelo INE, I.P. no domínio do turismo visa essencialmente dar resposta às solicitações do Eurostat e resultam da aplicação de operações estatísticas que, nos últimos anos, se limitam a quatro inquéritos, três inquéritos mensais referentes à permanência dos indivíduos nos alojamentos, nomeadamente na hotelaria e outros alojamentos, parques de campismo, colónias de férias e pousadas da juventude, e um inquérito trimestral às deslocações dos residentes, efetuado por amostragem. As entidades inquiridas que prevalecem são os estabelecimentos de alojamento que se encontram recenseados. A operação estatística que aborda as viagens turísticas dos residentes é a única que se refere ao turismo nacional, ou seja, às deslocações dos residentes dentro e fora de Portugal, enquanto as restantes incidem sobre o turismo interno e recetor.

Relativamente à divulgação das estatísticas de turismo, verificou-se que, os primeiros resultados das operações estatísticas mensais e trimestrais são divulgados tardiamente, 43 e 120 dias depois do período de referência, respetivamente, e, além disso, só são disponibilizados alguns indicadores, sendo que a informação estatística desagregada ao nível da NUT II e do município só é publicada cerca de um ano depois do período de referência.

No que diz respeito aos indicadores divulgados, embora as operações estatísticas sejam aplicadas na sua maioria aos estabelecimentos de alojamento, estes procuram, essencialmente, conhecer a procura de cada tipo de alojamento, prevalecendo os indicadores de volume referentes às dormidas, hóspedes, colonos ou campistas, e à estada média nos estabelecimentos. Além disso, relativamente aos estabelecimentos hoteleiros são ainda divulgados alguns indicadores financeiros e apenas um indicador referente aos recursos humanos, o que permite concluir que, nos últimos anos, tem sido apenas divulgada informação sobre os indivíduos que ficaram alojados neste tipo de estabelecimento. Por outro lado, verificou-se que os indicadores resultantes do inquérito às deslocações dos residentes pretendem sobretudo caracterizar os turistas e as viagens turísticas realizadas pelos portugueses.

Os resultados obtidos indicam que existem diversas operações estatísticas que não estão vigentes e, como tal, os indicadores obtidos são descontínuos no tempo, como é o caso do inquérito ao movimento nas fronteiras que permite conhecer as entradas e saídas de visitantes

em Portugal através de diferentes vias, cuja atividade foi retomada em 2015 após oito anos de inatividade.

As análises realizadas no artigo focaram-se na informação estatística oficial no domínio do turismo, sugere-se que num trabalho futuro esta análise seja alargada a outros domínios estatísticos, como é o caso das empresas e da sociedade da informação. Além disso, seria pertinente comparar a informação recolhida e disponibilizada pelo INE, I.P na área do turismo com a de autoridades estatísticas de outros estados membros da União Europeia.

Referências bibliográficas

- Comissão das Comunidades Europeias. (2001). Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu. (*COM (2001) 665 final*) de 13.11.2001), Bruxelas.
- Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Decreto-Lei nº 136/2012 de 2 de julho. *Diário da República n.º126/2012 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.
- Dinis, M. G. (2016). Indicadores do comportamento *online* e tendências da procura turística: As ferramentas Google Trends e Google Analytics. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Aveiro, Portugal.
- European Commission & Eurostat. (1996). *Applying the Eurostat methodological guidelines in basic tourism and travel statistics*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- European Commission & Eurostat. (1998). *Community methodology on tourism statistic*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- European Commission & Eurostat. (2008a). *Tourism Statistics Pocketbooks*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em <http://bit.ly/1yqATX9>.
- European Commission & Eurostat. (2008b). *Panorama on Tourism*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em <http://bit.ly/1EzkyUa>.
- European Commission & Eurostat. (2011). *Tourism Satellite Accounts in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em <http://bit.ly/ZP8HBd>.
- European Commission & Eurostat. (2013). *Statistics in focus*. Disponível em <http://bit.ly/1nAVqXR>.
- European Union. (2015). *Flash Eurobarometer 392: Preferences of Europeans towards Tourism*. Disponível em <http://bit.ly/2qjpgG6>.
- European Union. (2014). *Methodological manual for tourism statistics V.3.1*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Eurostat. (2002). *European implementation manual on tourism satellite accounts*. Disponível em <http://bit.ly/1v0naHO>.
- Eurostat. (2013). *Eurostat Statistics*. Disponível em <http://bit.ly/1sWYrn0>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2002). *Diagnóstico das Estatísticas do Turismo- Identificação de Novas Necessidades de Informação Estatística – Vol. II*. Faro: Direção Regional do Algarve.
- Instituto Nacional de Estatística. (2009). *Documento metodológico “Inquérito à permanência de colonos nas colónias de férias”*. Disponível em <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes?oe=303&LANG=PT>

- Instituto Nacional de Estatística. (2012a). *Documento metodológico versão 3.0 “Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos”*. Disponível em <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1098>
- Instituto Nacional de Estatística. (2012b). *Documento metodológico “Inquérito à permanência de campistas nos parques de campismo”*. Disponível em <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1179?modal=1>
- Instituto Nacional de Estatística. (2013a). *Plano de atividades do INE, IP e de outras entidades intervenientes na produção estatística 2014*. Lisboa-Portugal. Disponível em http://bit.ly/1yJCxTS_
- Instituto Nacional de Estatística. (2013b). *Documento metodológico “Inquérito às deslocações dos residentes”*. Disponível em <http://bit.ly/1PMkWCQ>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Plano de atividades do INE, IP e de outras entidades intervenientes na produção estatística 2015*. Lisboa-Portugal. Disponível em http://bit.ly/1yJCxTS_
- Instituto Nacional de Estatística. (2015a). *Plano de atividades do INE, IP e de outras entidades intervenientes na produção estatística 2016*. Lisboa-Portugal. Disponível em http://bit.ly/1yJCxTS_
- Instituto Nacional de Estatística. (2015b). *Documento metodológico “Inquérito ao Turismo Internacional”*. Disponível em <http://bit.ly/1PMkWCQ>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2015c). *Suportes de Recolha por tema*. Disponível em <http://bit.ly/1MTOCvz>.
- Lei nº 22/2008 de 13 de maio. *Diário da República nº 92/2008- I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lickorish, L. (1997). Travel statistics-The slow move forward . *Tourism Management*, 18(8) 491-497. doi: [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(97\)00071-X](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(97)00071-X)
- Lickorish, L. & Jenkins, C. (1997). *An Introduction to Tourism*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Lockwood, A., & Medlik, S. (Eds.) (2001). *Tourism and Hospitality in the 21st Century*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- OCDE. (2016). *OCDE Tourism Trends and Policies 2016*. Paris: OCDE Publications.
- OCDE. (2013). OCDE StatExtracts. Disponível em <http://bit.ly/1w4gGGT> .
- Page, S. (2007). *Tourism Management: Managing for Change* (2nd ed.). Burlington: Butterworth-Heinemann.
- PWC (2014). *Desafios do Turismo em Portugal 2014: crescimento, rentabilidade e inovação*. Disponível em <http://bit.ly/1yjuCjD>.
- Regulamento (CE) n.º 223/2009 do Parlamento e Conselho de 11 de março de 2009. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 87/164 de 31/03/2009.
- Regulamento (UE) n.º 692/2011 do Conselho e Parlamento Europeu de 6 de julho de 2011 (concerning European statistics on tourism and repealing Council Directive 95/57/EC). *Jornal Oficial da União Europeia*, L 192/17 de 22/7/2011.
- Ritchie, J. R. B. & Crouch, G. I. (2003). *The competitive destination: a sustainable tourism perspective*. London: Cabi Publishing.
- Turismo de Portugal. (2007). *Plano Estratégico Nacional de Turismo: para o desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Ministério da Economia e Inovação.
- Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa: Turismo de Portugal
- União Europeia. (2013). *Caixa de ferramentas do Sistema Europeu de Indicadores de Turismo para Destinos Sustentáveis*. doi:10.2769/46253

- United Nations. (2013). United Nations Statistics Division Disponível em <http://bit.ly/1EeWXIu>.
- United Nations World Tourism Organization. (1996). *What Tourism Managers Need to Know: A Practical Guide to the Development and Use of Indicators of Sustainable Tourism*. Madrid: World Tourism Organization.
- United Nations World Tourism Organization. (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008* (Series M n.º 83/Rev.1). New York: United Nations Publication.
- United Nations World Tourism Organization. (2013). *Publications and Documentation*. Disponível em <http://bit.ly/1oy2g1c>.
- UN, UNWTO, CEC & OCDE. (2001). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. New York: United Nations Publications.
- UN, UNWTO, EUROSTAT & OCDE. (2010). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*. New York: United Nations Publications.
- Wöber, K. (2000). Standardizing city tourism statistics. *Annals of Tourism Research*, 27(1), 51-68.